

OS CENTROS DE APOIO À PESSOA SURDA (CAS) EM NOSSO PAÍS

**ISABELLE FLOR DE
OLIVEIRA NOGEIRA**

Chefe da Divisão de Cooperação
Técnica do Instituto Nacional de
Educação de Surdos
(DICTE/INES)

**GABRIELA
RIZO**

Diretora Departamento de
Desenvolvimento Humano, Científico e
Tecnológico do INES (DDHCT/INES).
Doutora em Psicologia Social pela UERJ.



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Durante o Congresso do INES e Seminário Nacional do INES houve uma reunião entre o INES e coordenadores dos Centros de Atendimento à Pessoa Surda (CAS) do Brasil, motivada pelo princípio de que o Instituto deve ser uma instituição propulsora de diálogos de atores institucionais brasileiros, promovendo a cooperação, prevista como essencial entre os entes federados. Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, o INES objetiva “construir e institucionalizar uma agenda de relações institucionais de âmbito local, regional, nacional e internacional (PDI, INES, 2014)”.

Dentre suas metas, portanto, temos a necessidade de realizar um mapeamento das instituições de âmbitos local, regional e nacional com as quais o INES poderá criar e manter laços de intercâmbio e colaboração, bem como definir parâmetros de ações relacionados às referidas instituições. Nesse propósito, o GT08 do Congresso Internacional e Seminário Nacional do INES apresentou-se da seguinte forma:

- Um grupo de trabalho para coordenadores de CAS no país, sendo, portanto, um grupo fechado. Contou-se com a presença de repre-

A EXPERIÊNCIA JUNTO AOS PARTICIPANTES

DEMONSTROU A ENORME NECESSIDADE DE ESPAÇOS PARA QUE OS CAS TENHAM INTERAÇÃO COLETIVA.

NO PAÍS, SEU TRABALHO SE APRESENTA EM NÍVEIS DISTINTOS, DE ACORDO COM O APOIO QUE RECEBEM DAS UNIDADES FEDERADAS ÀS QUAIS SÃO LIGADOS.

sentantes de 18 CAS, de 15 estados, perpassando as 05 regiões do país;

- Criação de subgrupos distribuídos por região;
- Organização dos textos produzidos por cada subgrupo após o levantamento dos temas, que depois foram unificados aos demais grupos.


Para a discussão, foram estabelecidos focos temáticos e procedimentos, em um cronograma para os três dias do encontro. No primeiro dia, houve uma discussão motivadora para os dias seguintes, cujo eixo era: Qual a função dos CAS?

No segundo dia, após várias percepções recolhidas no dia anterior, iniciou-se a escrita

do texto a ser apresentado, objetivando analisar mais concretamente a situação atual dos CAS de todo o país. Isso se deu de acordo com os tópicos levantados em torno do binômio qualidades/carências. Esse debate foi revisitado no terceiro dia, visando construir e institucionalizar uma agenda de relações entre o INES e os CAS, com propostas de planos a serem implementados em parceria, prevendo a atuação do INES e dos CAS como agentes multiplicadores de políticas elaboradas conjuntamente e realizadas em locais específicos. Evidentemente, tais tópicos foram objeto de nossa apresentação no último dia do Congresso/Seminário.

ARTICULAÇÕES

A experiência junto aos participantes demonstrou a enorme necessidade de espaços para que os CAS tenham interação coletiva. No país, seu trabalho se apresenta em níveis distintos, de acordo com o apoio que recebem das unidades federadas às quais são ligados. Ou seja, as atividades desenvolvidas por esses centros são direcionadas a pessoas físicas e instituições de educação e saúde e são organizadas em torno de quatro eixos (orientações escolares; orientações de saúde; inter-relações entre instituições



**QUEM
ESTÁ
REFLETINDO
SOBRE A
SURDEZ NO
BRASIL?**

e distribuição de material informativo). Podem variar em amplitude, infraestrutura e financiamento, de acordo com o prestígio do CAS no governo de estado atual ou município no qual está situado. Essa situação nos possibilita verificar dois aspectos em que o INES pode intervir para a melhora das unidades funcionais: formação em parcerias entre o INES e os próprios CAS ou suporte para formações inter-CAS, contribuindo, assim, para a homogeneização do trabalho em todo o país.

Nesse contexto, portanto, nasceram as ideias para compor novas possibilidades de trabalho conjunto entre INES e CAS, cujos princípios circularam em torno da construção e institucionalização de uma agenda de relações, além da proposta de dinamizar as capacitações oferecidas pelo INES, em nível nacional, contando com os CAS como agentes multiplicadores. Tais propostas são essenciais, embora o fomento da importância desses centros junto a seus governos seja condição sine qua non para o aumento qualitativo de sua atuação regional. Assim, o trabalho em GT nos trouxe a grande oportunidade de uma articulação nacional para que isso ocorra.

O estabelecimento dos princípios acima citados não poderia ocorrer se o relatório

não estivesse baseado no diagnóstico amplo oferecido pelas reflexões múltiplas e condições contextuais de cada centro, debatidas no GT. Isso nos permitiu gerar um panorama de experiências bem-sucedidas em nível estadual e regional, assim como das principais carências enfrentadas por diferentes CAS. Poderíamos dizer que nosso relatório final se estabeleceu em torno da busca de proposta para homogeneizar ou, pelo menos, trazer um parâmetro médio nacional para as ações dos CAS. Como INES, verificamos nossa responsabilidade, enquanto órgão do MEC, com relação à responsabilidade de manter os canais de diálogos entre os CAS, bem como dar suporte as suas relações com suas Secretarias. Tais atos, por si só, já seriam intervenções importantes da esfera federal na criação de parâmetros nacionais para seu funcionamento.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DINÂMICA

Tendo em vista a contextualização anterior, como profissionais do Instituto Nacional de Educação de Surdos, sentimos-nos chamados ao trabalho democrático e plural a partir da dinâmica ocorrida em

nosso GT. A presença de coordenadores de CAS das diversas partes do país nos demonstrou grande lacuna com relação às políticas públicas consistentes para o trabalho desses centros. Isso ocorre, sobretudo, em virtude da inexistência de regras claramente estabelecidas em nível nacional para a estruturação dos CAS, sendo que alguns não possuem nem estatutos publicados em seu diário oficial regional para institucionalizar suas ações. Nesse sentido, o INES e seus profissionais, situados no âmbito federal, podem ser de grande importância na construção de caminhos que articulem os CAS entre si, suas respectivas secretarias de educação e, no âmbito federal, na construção de parcerias de trabalho consistentes. Ou seja, o INES deve se tornar o grande articulador de pensamento entre diversos atores, em prol do fomento e da consolidação de políticas públicas da área da surdez.

Entretanto, INES deve atuar não só entre esses atores institucionalizados em Secretarias de Educação. A experiência democrática do GT demonstra que deve ser dada cada vez mais voz aos CAS e também à sociedade civil. Um dado importante nas discussões com os CAS foi que, ainda que alguns não tenham suporte de

suas Secretarias Estaduais de Educação - SEEs, uma grande parte deles possui laços com a sociedade civil, com associações ou outras instituições fora do eixo governamental, parcerias nos trabalhos com as políticas para a surdez, com as quais suas metas podem ser compartilhadas. Como INES, através de tal dado, podemos nos colocar a seguinte questão: quem está refletindo sobre a surdez no Brasil? Que atores, além dos CAS, podem ser nossos parceiros na criação de uma grande rede em favor de políticas públicas essenciais para os surdos e a surdez no Brasil? No âmbito das discussões do GT, descobrimos atores estabelecidos governamentalmente e novos grupos para diálogos possíveis.

Além de associações e outros grupos da sociedade civil, organizados em torno da temática da surdez, a emergência de um GT reflexivo nasce também com a apropriação do pensamento acadêmico. Experiências de atores sociais que estão cotidianamente inseridos nas ações práticas junto a surdos no país, em conjunto com estúdios sobre o tema da surdez, são um par de grande relevância para a construção de novos debates centrais para GTs, presenciais ou virtuais, aos quais o INES pode dar corpo, na busca de um pensamento cada

vez mais nacional em torno de nosso objeto geral: a surdez.

As temáticas levantadas no GT do CAS, ocorrido entre 26 e 30 de outubro de 2015, podem ser objetos específicos de novos grupos de discussão que motivem uma agenda de políticas públicas para o universo que atendemos. Em nosso relatório final, foram apontadas as temáticas mais pertinentes a serem tocadas pelas ações do INES, em torno de uma agenda nacional. Os temas são, principalmente,

- Institucionalização: como ficam os CAS e suas regulamentações diante de suas SEEs e do Governo Federal? Como são portariados seus coordenadores e que normativos os regem? Esta é uma discussão de porte nacional e que ainda não foi aprofundada.
- A LIBRAS: como estão os cursos no país? Seus currículos são semelhantes? Que carga horária e programas mínimos devem ser implantados? E a certificação? Qual a legitimidade dos diversos certificados emitidos nos países, inclusive pelos CAS?

- Que parcerias entre INES, CAS e Universidades/Centros de Estudos devem ser feitas para fomento qualitativo para criação, reprodução e distribuição de materiais para capacitação e informação?
- Além da LIBRAS, que outros módulos de capacitação e formação continuada nas diversas áreas da surdez devem ser desenvolvidos para aqueles que já trabalham com surdos e com a surdez?
- Quais as melhores estratégias para a divulgação de experiências bem-sucedidas, trabalhos de especialistas, elaboração de formações regionais e parcerias inter-regionais?

Todos esses temas são objetos de discussões amplas, que conduzem a passos essenciais para a melhora das políticas nacionais, às quais o INES responde em seu trabalho. São, portanto, objetos de novos GTs. O trabalho ora apresentado foi somente um passo na direção de ampliar os atores no círculo cotidiano de relações do INES, que deve crescer ainda mais na

direção da democracia participativa. Porém, sabemos quanto trabalho e dedicação devem ser aplicados na construção consistente de canais para que esse crescimento de vozes e de novos GTs ocorram. É responsabilidade dos profissionais do INES essa estruturação, sobretudo do setor de cooperação técnica. Por outro lado, sabemos que, sem uma grande rede de articulações, dedicação e trabalho, não haverá evolução, dadas as dimensões de nosso país. Por fim, o grupo de trabalho nos demonstra que sua dimensão participativa é incontornável para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade, já que as características brasileiras nos levam à essencial mútua ajuda para a realização qualitativa de ações de porte nacional.

CONCLUSÕES

Diante da parceria incontornável, finalizamos este pequeno relato, destacando que a experiência aqui narrada demonstra que, se de um lado, o INES tem um trabalho a realizar, de outro, os CAS também o têm.

Ambas as partes, INES e CAS, estavam ansiosas para se colocarem no GT, de modo a buscarem soluções para políticas brasileiras não tão estáveis como nós, enquanto cidadãos, gostaríamos que fossem. Por outro lado, como atores que trabalham dentro do sistema público, acreditamos que há uma circularidade de nossas ações como funcionários e como cidadãos. Circularidade esta que se revela no aumento qualitativo das políticas sociais de nosso país, se conseguirmos dialogar e trabalhar bem dentro das instituições públicas. Foi essa a esperança encontrada por todos, em meio à discussão de nosso GT. Ainda que todos os presentes soubessem o quão pequena pode parecer sua intervenção na construção e prática de uma política pública, todos demonstraram comprometimento com o trabalho em prol do apoio à pessoa surda. A busca

foi pelo distanciamento de um sistema público inoperante e burocrático (em um sentido de uma burocracia entravante) e em prol de um sistema de ações dinâmico, com um trabalho enérgico, veiculado por pessoas

comprometidas com sua atuação profissional.

A impossibilidade de que ações de tal monta continuem isoladas ocorre justamente pela necessária melhora de práticas para a concretização de um sistema nacional dinâmico. A gestão democrática, junto à democracia participativa, pressupõe que todas as agências governamentais estejam interligadas, ainda que em instâncias subjetivas. Isso deve favorecer a melhoria na troca de saberes e a consolidação de práticas de sucesso, dando destaque àqueles que encaminham soluções eficazes para os problemas de nosso país em quaisquer áreas. A área da surdez não escapa a esse princípio. Portanto, o INES tem como responsabilidade o fomento da cooperação e a busca de estratégias para que, conjuntamente, não deixemos que a criatividade em soluções quanto às temáticas da surdez que ocorrem em nosso país escapem de nossas mãos. Ao contrário, dentro de nosso caráter de abrangência nacional, devemos incorporá-las e divulgá-las, de modo a beneficiar a todos. ●

**PARA CONHECER MAIS
SOBRE OS CAS ACESSE**



<http://www.ines.gov.br/ines-e-cas-apresentacao>